

# HÁ ESPAÇO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO?

Dinora Tereza Zucchetti  
Eliana Perez Gonçalves de Moura  
Magali Mendes de Menezes

## Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre a nossa pesquisa no projeto Educação, Trabalho e Solidariedade que desenvolvemos junto à um “Fórum Municipal de Economia Solidária”. A partir de um amplo estudo da Literatura, visando estabelecer e atualizar os critérios metodológicos que subsidiam o trabalho no campo, levantou-se preocupações que se tornaram contundentes quando nos vimos diante de grupos envolvidos em experiências de autogestão e geração de trabalho e renda. Então, levando em consideração que o ser humano acontece nas experiências de redefinição do próprio ser humano, nós buscamos nos articular nas áreas temáticas da educação e trabalho com o campo de discussões sobre economia solidária.

## Palavras-chave

Economia Solidária, Educação, Trabalho Associado, Economia Social.

¿HAY ESPACIO PARA ECONOMÍA SOLIDARIA EN EL ÁMBITO DE LA EDUCACIÓN?

## Resumen

Este artículo presenta reflexiones sobre nuestras actividades de investigación, en el proyecto Educación,



Trabajo y Solidariedad, que desarrollamos junto a un “*Fórum Municipal de Economía Solidária*”. A partir del amplio estudio de la Literatura, visando establecer y actualizar los criterios teóricos metodológicos, que subsidian el trabajo de campo, se manifestaron inquietaciones, que se tornaron contundentes cuando nos vimos confrontadas con grupos comprometidos en experiencias de autogestión y generación de trabajo y rentas. Así que, llevando en consideración que el humano se da en las experiencias de resignificación del propio humano, hemos buscado articularnos en los campos temáticos de la educación y trabajo con el campo de discusiones sobre economía solidaria.

### Palabras-clave

Economía Solidaria; Educación; Trabajo asociado; Economía Social.

## 1 INTRODUÇÃO

Nosso campo de reflexão centra-se na área da educação e trabalho, tendo como foco processos educativos e socioantropológicos, que se produzem e se manifestam nos processos de constituição e organização de grupos associativos e solidários de geração de trabalho e renda. Nossas inquietações iniciais emergiram de uma experiência de extensão universitária, que teve como objetivo assessorar um grupo de mulheres desempregadas de uma comunidade de periferia da região metropolitana de Porto Alegre/RS. A proposta inicial era organizar uma “cooperativa” na área do artesanato, conhecimento e habilidade, que as mulheres haviam adquirido pela experiência diária. Aos poucos, fomos percebendo que a construção de outra ideia de trabalho envolveria necessariamente uma reflexão sobre as potencialidades e a capacidade criadora desse grupo. Esse processo desencadeou em nós, pesquisadoras, outra percepção sobre a educação, que implicava repensar os conhecimentos, que nos são impostos e incorporados ao nosso modo



de perceber o mundo e a nós mesmas. Falar sobre trabalho, portanto, significava falar sobre o proibido: sobre os desejos, sentimentos, querer esquecidos ou amordaçados por uma lógica perversa, que nos impossibilita sentir, falar, seguir um tempo próprio. Havia por parte das mulheres a certeza de que era necessário estarem juntas, compartilhando histórias, saberes, vivências.

A partir da riqueza dessa experiência, elaboramos um projeto de pesquisa<sup>1</sup> que, através de olhares mais ampliados sobre a realidade regional, nos possibilitasse compreender que as dificuldades presentes na organização de grupos associativos, cooperativos, informais (e todas as outras formas de organização social para a geração do trabalho e renda) não estavam desvinculadas de uma reflexão sobre a diversidade de experiências, de vivências e sobre os sentidos, que a solidariedade assume dentro dos grupos.

Assim, buscamos acompanhar os debates de grupos locais, que se reúnem em torno dos Fóruns de Economia Solidária<sup>2</sup>, articulando grupos cooperativos - organizados ou em processo de organização. Enquanto problema de pesquisa, indagávamo-nos como as experiências de produção associada<sup>3</sup>, baseadas na autogestão e na solidariedade, produzem saberes e significados? Como esses saberes e significados podem contribuir para a emergência de um novo sujeito do trabalho? Como a produção de (novos) saberes e significados e a emergência de um novo sujeito do trabalho articulam-se entre si? E, ainda, como ambos se relacionam (ou não) com o surgimento de um novo modelo de sociedade e educação?

<sup>1</sup> Projeto Educação, Trabalho e Solidariedade/CNPq

<sup>2</sup> Os Fóruns de Economia Solidária compõem instâncias de articulação e participação democráticas, que se organizam nos âmbitos dos municípios, regiões e/ou Estados e que juntos vinculam-se ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

<sup>3</sup> Por produção associada entendemos, com Peixoto Filho (2004), “as iniciativas de trabalhadores que se associam para produzir meios de vida, tais como: alimentos, roupas, brinquedos, ferramentas, material de construção, instrumentos musicais e muitos outros.” (p. 50-51)



Do processo de análise e reflexão, surgiram novas indagações, indicações de rumos e possibilidades ao trabalho de campo. Mas foi no diálogo com os atores sociais envolvidos – os trabalhadores(as) – que emergiu a multivetorialidade da análise, num processo, onde nossos pressupostos a priori foram sendo questionados da mesma maneira que questionávamos os pontos de vista daqueles(as).

De nossa experiência de campo, fomos apreendendo que os atores sociais são capazes de definir a situação na qual se encontram, porque estão a construí-la e reconstruí-la incessantemente. Contudo, outras possibilidades de organização socioeconômica – “a outra economia”, como sugere Cattani (2003), somente poderão emergir pela força do diálogo, porque para pensarmos o(s) sentido(s) da cidadania e dos direitos humanos temos de necessariamente refletir sobre o caráter democrático da economia. Desse modo, a economia não diz respeito apenas aos “doutores” das Ciências Econômicas, mas a um saber, que se constrói na casa (oikós); casa que é morada, trabalho, mundo. No cotidiano de nossas experiências, na partilha com outros, vamos (re)aprendendo a conceber a economia não como algo distante, mas como um elemento, que é feito de vivências e significados diversos.

Seguindo essa perspectiva, neste texto, pretendemos problematizar a permeabilidade da educação ante a emergência de um outro sujeito do trabalho, de uma outra economia e, por extensão, de uma outra organização social. O campo de referência de nossas investigações vem sendo as assembleias mensais, que ocorrem nos Fórum Municipais e no Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Vale do Sinos. Como método de investigação, adotamos as observações participantes e os registros em diário de campo.

Assim, buscamos conhecer outra configuração social, que se projeta sobre o campo educacional, demandando-nos construir outras práticas pedagógicas no interior de uma sociedade de exclusão, lançando outros olhares sobre a educação e a formação de profissionais, especialmente educadores, que vêm se deparando com uma realidade social complexa e contraditória.



## 2 O CAMPO DA EDUCAÇÃO

Historicamente, a Educação coloca-se como um espaço de contradições, pois, ao mesmo tempo em que se prestou a ratificar uma ordem estabelecida, também tem alimentado sonhos de mudança, capazes de transformar a vida dos sujeitos e, conseqüentemente, a própria sociedade. O problema é que as contradições, também, permeiam os sujeitos, ou seja, não existe um lugar “seguro” de onde podemos nos instalar e olhar o mundo com clareza, definindo “a priori” o ideal tanto de sujeitos que queremos construir como o de sociedade que almejamos.

Nesse sentido, consideramos importante reconhecer que o acesso ao conhecimento e às habilidades constitui parte do processo de formação humana, mas não deve ser confundido com sua totalidade. Questionamos a consensual concepção, que atribui aos processos escolares os fins e os meios de toda a educação. Essa concepção articula a visão pragmática e utilitarista, predominante na ordem política e social, ao papel atribuído à educação escolar de preparar os educandos para o exercício da cidadania. Nesta, porém, o atributo de cidadão apenas refere-se aos sujeitos, que se apossam dos conhecimentos e das habilidades considerados necessários para que se integrem como força de trabalho eficiente nos setores produtivos, numa sociedade de emprego incerto.

Discordando, entendemos que a educação não se limita, apenas, à aquisição de produtos, que fazem parte da herança civilizatória, mas é resultado da ação humana, que cria condições de reprodução da vida e de suas formas sociais, as quais podem ser orientadas pelos princípios da solidariedade, pelo respeito às diferenças e pela autonomia. Para nós, tais características constituem o fundamento para a formação do sujeito ético, aquele que será capaz de construir alternativas solidárias diante das exigências de competitividade da sociedade capitalista.

É assim que, sob essa perspectiva, concebemos a educação para além dos espaços instituídos, nos quais circulam os saberes hegemônicos, questionando as instituições socialmente legitimadas, proprietárias do direito (e dever) à



transmissão de conhecimentos. Considerando que na marginalidade dos saberes instituídos existe um universo plural de culturas, de expressões, de sujeitos, que produzem conhecimentos e atribuem outros significados à própria existência, entendemos que o mais importante sentido da educação consiste em recuperar esses significados (ou construí-los) e perceber os diferentes espaços nos quais esses significados são compartilhados.

### 3 O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A história recente do capitalismo tem demonstrado sua fantástica capacidade de produzir riquezas e, ao mesmo tempo, sua brutal capacidade de concentração de renda, acarretando desigualdades e processos de exclusão social.

Amparado na crença da autorregulação do mercado, o sistema capitalista sustenta uma lógica de relações sociais baseada, não apenas, na competição e no individualismo, mas principalmente, na subserviência de muitos em relação a alguns poucos. Cada vez mais centralizando e, contraditoriamente, volatilizando o poder, o dinheiro e o capital, e ao mesmo tempo, dispensando trabalho em toda a parte, o modelo capitalista vem produzindo o desemprego - um dos mais inquietantes problemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas - e agravando as desigualdades sociais.

Com efeito, o fenômeno da ampliação do desemprego e a sua relação com a redução de postos de trabalho têm colocado um grande número de pessoas ante a crescente precarização do trabalho, sem acesso a direitos sociais e com baixa perspectiva de retorno ao mercado de trabalho formal.

No caso do Brasil, segundo Pochmann (2001), todas essas consequências resultam, dentre outros fatores, da histórica submissão da economia brasileira à lógica da globalização, a qual não favorece uma dinamização capaz de gerar crescimento econômico, porque não está voltada para a geração de emprego e para a melhoria da distribuição de renda.



Assim, ante a hegemonia da lógica da liberalização e globalização da economia, a chamada “economia solidária” emerge no cenário brasileiro, propondo uma forma de organização econômica e social alternativa ao capitalismo. A Economia Solidária busca a construção de outro modelo de sociedade, demonstrando ser um setor econômico, dinâmico e estratégico, capaz de gerar trabalho e renda e promover a inclusão social. Segundo Singer (2002):

*O principal instrumento da chamada ‘economia solidária’ tem sido a empresa cooperativa, que consiste em um agrupamento de indivíduos para exercer uma atividade econômica de forma autogestionária. Em outras palavras, pessoas unidas para trabalhar e gerar renda sem ter patrões. (p. 26)*

De fato, diferentemente do modo de produção capitalista, os princípios da economia solidária visam a construir uma relação horizontal entre o capital e o trabalho, a fim de incluir amplamente a população nos frutos da atividade econômica. Como resultado da aplicação desses princípios, podemos destacar o fortalecimento da autoconfiança dos(as) trabalhadores(as), a cooperação, a corresponsabilidade, o respeito à diversidade (de gênero, raça e etnia) e ao meio ambiente, a conquista da cidadania, da autogestão e o compromisso com a transformação social. A importância estratégica desse novo modelo pode ser comprovada no crescimento de experiências de geração de trabalho e renda que, nas últimas décadas, se desenvolveram como alternativas ao aumento dos processos de exclusão social causado pelo desemprego.

Desde os anos 90, essas experiências vêm crescendo em todo o Brasil, oferecendo de forma crescente uma alternativa de organização de trabalho e de produção diferenciada, caracterizada pelo funcionamento coletivo e democrático. Baseada na solidariedade e na cooperação entre seus membros, a economia solidária propõe-se a sustentar relações sociais de colaboração não apenas entre o(a) s associado(a)s e entre as diversas organizações cooperativas, como também com a população em geral, colocando a satisfação plena das necessidades de todo(a)s como centro e fim da atividade econômica, numa relação de intercâmbio respeitosa com a natureza. Desse modo, a economia solidária anuncia o surgimento de um



consumidor solidário, porque está engajado na aposta de outras possibilidades de produção e distribuição de recursos e do estabelecimento de novas relações sociais.

#### 4 REFLEXÕES E INQUIETAÇÕES QUE EMERGEM DESTE CAMPO

Os elementos teóricos de nossa investigação fundamentam-se na temática educação e trabalho, fazendo a articulação entre cultura e sociedade, no que se refere às relações estabelecidas entre produção e reprodução. Nessa vertente, podemos considerar o pensamento de Gramsci (1978; 1982) como orientador da tese do trabalho como princípio educativo, bem como da articulação dos “intelectuais orgânicos”, na busca de alternativas para a sociedade desigual.

Sob essa perspectiva, lançamo-nos no campo, buscando descrever e compreender a dimensão inerente à educação e seu papel, enquanto construtor de novas formas de relações sociais e base de formação de novos valores fundados nos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão.

Com o andamento da pesquisa, percebemos que, em geral, o interesse dos(as) trabalhadores(as) vem se concretizando como numa demanda de promoção de processos educativos, principalmente, com vistas a mediar parcerias, junto a instituições públicas e privadas e de qualificação técnica; embora as demandas de elevação de escolaridade e de inserção profissional - especialmente, de setores historicamente considerados marginalizados pelo sistema formal de ensino - no mercado de trabalho, também, se façam presentes.

Nesse contexto, a existência do trabalho precarizado <sup>4</sup>, ao induzir jovens e adultos desempregados a criarem formas alternativas de geração de trabalho e renda, parece estar colocando em marcha um processo de profundas transforma-

---

<sup>4</sup> O trabalho precarizado está, cada vez mais, presente na sociedade brasileira e emerge como forma de sobrevivência, uma vez que o mercado de trabalho de qualificações específicas não acompanha o crescimento das classes populares.



ções, que aponta para a emergência de outra economia social e, principalmente, de outro sujeito do trabalho.

Contudo, por meio de nossos estudos, temos observado que, em geral, os(as) trabalhadores(as) desse segmento social, ainda, não acumularam um necessário (re)conhecimento da história de suas comunidades, o que lhes dificulta estabelecer parcerias com diversas entidades sociais capazes de contribuir para o desenvolvimento de ações concretas de geração de trabalho e renda, bem como para fortalecê-los no sentido de pressionar para a elaboração e a implementação de políticas públicas comprometidas com a inclusão social.

Trata-se, portanto, de uma demanda concreta, ainda não atendida, que possui contornos políticos importantes, na medida em que poderá abrir espaço para a instauração de um novo modelo de sociedade e que se projeta sobre o campo educacional como um grande desafio a ser enfrentado. Embora não se trate de uma tarefa exclusiva ao campo educacional, as experiências da economia solidária demandam à educação auxiliar os trabalhadores(as) nessa difícil e complexa realidade.

Sem dúvida, a educação pode ser de grande valia para a consolidação dessa transformação, atuando de diversas maneiras, seja junto à organização como um todo, seja junto a cada trabalhador(a), priorizando intervenções de caráter social, propondo uma pedagogia do trabalho voltada para as ações de organização de formas associativas, que visem ao desenvolvimento da autonomia, à valorização e ressignificação da experiência profissional dos trabalhadores(as) e ao fortalecimento dos vínculos de cooperação e solidariedade.

## **5 ARTICULANDO ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Cooperação e solidariedade são conceitos, de certa forma, ambíguos, que permitem diversificados usos. Em geral, são usados para definir ações e relações entre sujeitos, ou empregados como sinônimos de organização institucional.



Para as finalidades deste texto, definimos cooperação e solidariedade como componentes de um processo social, fundado em formas associativas de interação humana, no qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e criar soluções para seus problemas comuns, realizando objetivos comuns e produzindo resultados concretos de transformação na vida de todo(a)s. Nesse processo, a cooperação e a solidariedade implicam tanto um estado de sensibilidade quanto uma ação consciente em direção a um fim comum, através da qual as atividades individuais são coordenadas através de negociações e acordos compartilhados.

Dessa concepção decorre a complexidade, que se coloca a tarefa de articular economia solidária e educação e trabalho, visto que para a realização desse objetivo, dentre outros desafios, impõe-se resgatar a tradição da educação voltada para os grupos populares, a qual visa à promoção de cidadãos - sujeitos de sua própria história - conscientes dos determinantes sociopolíticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados, no melhor estilo da educação popular fortemente marcada pelos estudos de Paulo Freire, Carlos Brandão, entre outros. Isso implica incorporar um saber construído a partir da perspectiva das camadas menos favorecidas da população, ampliando-se um campo de pesquisas e intervenções, tradicionalmente, voltado para a educação escolar.

Considerando que a economia solidária constitui um espaço privilegiado para a análise teórico-prática de processos grupais, nessa perspectiva, a educação, fundamentalmente, deverá saber lidar com as relações grupais, tomando-as como o vínculo essencial entre sujeitos e sociedade. Nesse sentido, pensamos uma proposta de intervenção, articulando as abordagens teórico-metodológicas da Pedagogia Social<sup>5</sup>, compreendidas como práticas de educação não escolar,

---

<sup>5</sup> A Pedagogia Social, tal como é reconhecida pelas autoras, se constitui numa área transversal às práticas de educação não escolar. Caride (2004), retomando a historiografia da Pedagogia Social, área consolidada em inúmeros países europeus, especialmente na Espanha, reitera o seu caráter de atividade pedagógica imersa no trabalho social. Sobre questões pertinentes aos estudos da Pedagogia Social, ver, também, Moura e Zucchetti (2006) e Zucchetti e Moura (2007).



sem que isso represente o abandono das emergentes questões, que envolvem a educação escolar e os seus desafios frente às novas demandas.

Segundo Cabral (2005), a partir dos seus estudos realizados com trabalhadores do lixo, o conceito de economia solidária afirma-se como uma ação pedagógica-emancipatória-comprometida, isto é, traduz-se enquanto um instrumento educativo, que oportuniza a subversão do esperado na medida em que se apresenta não somente como uma nova relação educação-trabalho, mas como um novo *ethos* social.

Em nossa experiência, tanto nas atividades de pesquisa como nas atividades de extensão universitária, temos trabalhado nessa perspectiva, buscando tornar os grupos conscientes de suas dificuldades e conquistas, bem como das dificuldades inerentes ao próprio processo grupal.

Entendemos que compete à educação não, apenas, trabalhar na construção de uma consciência crítica, mas na construção de uma nova ordem social mais autônoma e mais justa, fundada nos princípios da ética, da solidariedade, por meio de práticas solidárias e autogestionárias.

A partir da análise dos problemas cotidianos das comunidades, a produção teórica e prática de uma Pedagogia Social, como preferimos nomear, poderá desenvolver trabalhos em comunidades de baixa renda, em bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base e movimentos populares, visando sempre à melhoria das condições de vida da população e partindo de um levantamento das necessidades e carências vividas em cada grupo. No caso específico das experiências de economia solidária, os programas de intervenção educativa, também, deverão buscar contribuir para sua organização e gestão. Para tanto, será preciso enfrentar, pelo menos, dois grandes desafios: a) desenvolver estruturas e canais de diálogos compatíveis com as necessidades e a cultura dos trabalhadores(as); b) garantir a organicidade entre os interesses coletivos e individuais.



Os fóruns de Economia Solidária têm representado um enfrentamento a esses desafios. Nesse sentido, ressaltamos o quanto uma intervenção educativa deve ter como principal objetivo o fortalecimento dos laços coletivos, atuando a partir dos processos grupais desenvolvidos em cada organização solidária, utilizando técnicas e/ou métodos, que favoreçam a emergência das características singulares de cada grupo, de acordo com seus mecanismos próprios de interação. Desse modo, partindo de elementos desencadeadores do processo grupal - o reconhecimento mútuo, entre os sujeitos, de sentirem-se constituintes de um grupo, que compartilha algo significativo - cada grupo enfrentará continuidades e rupturas com sua história, construindo sua própria trajetória, marcada tanto pelas singularidades presentes quanto pela ação coletiva ali engendrada.

Considerando que o que caracteriza a constituição de um grupo é a ação coletiva desencadeada pela consideração mútua, realizando-se com o envolvimento de todos e tendo como resultado o coletivo, sua existência dependerá da ação deliberada de seus participantes e este agir coletivo será gerador de outras novas necessidades, que realimentarão, por conseguinte, as relações entre os sujeitos e seus interesses em trabalhar coletivamente.

Partindo do entendimento do processo grupal como uma ação coletiva, deve-se buscar uma maneira de intervenção adequada aos coletivos solidários, que forneça suporte teórico e fundamente suas escolhas e decisões. Trata-se de uma intervenção grupal transformadora, que possibilita aos trabalhadores(as) pensarem-se como sujeitos ativos, capazes de decidir coletivamente seus destinos, ainda que conscientes de suas possibilidades e limites.

Desse modo, impõe-se desenvolver um modelo de intervenção educativa capaz de atender às necessidades de cada grupo, através da criação de módulos temáticos específicos, abordando temas, tais como: laços grupais, comunicação, liderança e tomada de decisões coletivas, cooperação e solidariedade e identidade profissional e coletiva, estabelecendo com os diferentes grupos uma relação



flexível e não autoritária e estimulando a reflexão dos(as) trabalhadores(as) sobre seu potencial como agentes de mudanças sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das nossas atividades de pesquisa, vimos construindo um quadro preliminar e ainda não definido acerca dos empreendimentos associativos e solidários que, atualmente, estão vinculados aos Fóruns Municipais e Regional de Economia Solidária do Vale do Sinos. Todavia, algumas características gerais podem ser visibilizadas. Por exemplo, em termos de setor de atuação, a maioria dos grupos associativos pesquisados constitui cooperativas de serviço, sendo que as de produção - em menor número - estão predominantemente relacionadas ao ramo coureiro-calçadista.

Contudo, nem todos os empreendimentos cooperativos pesquisados vivem as mesmas situações. Alguns estão constituídos por mulheres desempregadas, que apenas recentemente se organizaram em torno das atividades de artesanato. Outros, por sua vez, possuem uma importante e longa trajetória na região, trabalhando na seleção e reciclagem de resíduos sólidos, por exemplo. Outros, ainda, além de desenvolverem atividades de geração de trabalho e renda, militam no ideário da economia solidária. Entretanto, ainda que norteados pelos princípios da economia solidária, quase todos esses grupos ainda apresentam características muito rudimentares de funcionamento e estão amparados na lógica da relação capital trabalho, na qual o desejo pelo emprego formal ainda é presente<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Numa das experiências estudadas, pode-se verificar que as mulheres, ao mesmo tempo em que demonstravam interesse no projeto do trabalho coletivo, buscavam um trabalho com carteira assinada e direitos sociais. Noutras vezes, engajavam-se em trabalhos tão precarizados, que acabavam retornando ao grupo, gerando assim grande mobilidade, movimento e inquietação no grupo. Permanecer ou não, aderir ou não, parecem ser sentimentos que preanunciam o dilema, que acompanha o novo.



Frente às flagrantes características de fragilidades de grande parte desses grupos, o apoio externo torna-se fundamental para sua manutenção, desenvolvimento e sobrevivência. Nessa perspectiva, não temos dúvidas sobre os inúmeros e gigantescos desafios, que a economia solidária está demandando do campo da educação. O que ainda não sabemos é se há lugar para a economia solidária no campo da educação hegemônica? Além disso, preocupa-nos o caráter compensatório presente no campo da educação não escolar o qual pode implicar o risco de tratar a economia social como atividade de segunda linha voltada para os chamados grupos ‘marginais’. Trata-se de um olhar que vem “de fora”, daqueles que observam essas mobilizações e as percebem como segunda linha, contribuindo para que os empreendimentos de economia solidária sejam encarados, apenas, como alvo de práticas assistenciais ou - o que é pior - como alvo de ações assistencialistas, no pior do modelo paternalista brasileiro.

Por fim, preocupa-nos principalmente uma questão que está “dentro” dos próprios empreendimentos e que diz respeito ao como os próprios sujeitos estão se percebendo e vivendo a proposta de construção de novos modos de relação, que não estejam amparados nos parâmetros capitalistas das relações poder-saber, diferenças étnicas, de gênero, etc.? Ademais, é importante destacarmos como velhas práticas vão se inserindo em algo, que surge como novo, ou seja, como é difícil nos desvencilharmos de modelos de relação de trabalho, de assessoria (prestada pelas entidades de apoio), de políticas públicas ancoradas em formas de se fazer política, que acabam amarrando os movimentos em sua capacidade de criar e recriar o(s) sentido(s) da economia solidária.

## REFERÊNCIAS

CABRAL, Sueli Maria. (2005). “Economia Solidária: um processo educativo.” In: **Educação e Trabalho. Revista Práxis**. Novo Hamburgo, Feevale. Ano 2. Vol. 1. Janeiro.



CARIDE, José Antonio, (2004), **Las fronteras de la Pedagogia Social. Perspectivas científica e histórica.** Gedisa, Barcelona.

CATTANI, Antonio David, (2003), **A Outra Economia.** Veraz, Porto Alegre.

GRAMSCI, Antônio, (1978), **Concepção Dialética da História.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (1982), **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

MOURA, Eliana; ZUCCHETTI, Dinora Tereza, (2006), “Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social”. **Revista Educação Unisinos.** Vol.10. n° 3. São Leopoldo: Editora Unisinos. Set/dez.

PEIXOTO Filho, José Pereira, (2004), “Puxando o Fio da Meada: educação popular e produção associada”. In: PICANÇO, Iracy & TIRIBA, Lia (Orgs.) **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária.** Idéias & Letras, Aparecida, SP, pp. 33-53.

POCHMANN, Marcio, (2001), **O emprego na globalização.** Boitempo Editorial, São Paulo.

SINGER, Paul, (2002), **Introdução à Economia Solidária.** Perseu Abramo, São Paulo.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana, (2007). “Educação Não Escolar: refletindo sobre práticas para uma (outra) epistemologia da pedagogia social”. **Revista Contrapontos.** Itajaí: Santa Catarina: Univali. Vol.7, n°1, p. 185-199, jan/abril.

